

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.020 - SC (2019/0137856-4)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **DEBORAH MEKACHESKI PEREIRA - SC033565**
: **RAFAEL SGANZERLA DURAND - SC030932**
: **ANGELLO RIBEIRO ANGELO - BA039592**
: **CAIO SOUZA MORAES - BA050358**
AGRAVANTE : **ROGÉRIO PEREIRA**
AGRAVANTE : **ANA MARIA BITTENCOURT PEREIRA**
ADVOGADOS : **LUCIANO DUARTE PERES - SC013412**
: **ADRIANA LIBERALI - SC012877**
AGRAVADO : **OS MESMOS**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONTRATO BANCÁRIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO SUFICIENTE DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pela ROGÉRIO PEREIRA e ANA MARIA BITTENCOURT PEREIRA de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 253):

APELAÇÕES CÍVEIS. REVISIONAL E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO E CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA. ANÁLISE CONJUNTA. ENVIO DE INFORMAÇÕES SOBRE AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO AO SISTEMA DE INFORMAÇÃO (SCR). DESNECESSIDADE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PREVISÃO EXPRESSA DE INCIDÊNCIA EM PERIODICIDADE MENSAL. MORA CARACTERIZADA PELA MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS DA NORMALIDADE. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. MANUTENÇÃO DA TAXA PACTUADA. REFORMA DA SENTENÇA NO TOCANTE À COMISSÃO DE

Superior Tribunal de Justiça

PERMANÊNCIA E AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EXTRAJUDICIAIS. RECURSO DA REVISIONAL PARCIALMENTE PROVIDO PARA TAL FIM. APELO DA EXECUÇÃO DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente alegou violação dos arts. 166, VI e 406 do Código Civil, 320 do CPC, 1º, 2º, 3º e 5º da Lei 8.137/90, arts. 3º, 9º e 100 da Lei nº. 7.492/86. (e-STJ, fl. 336)

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

O presente recurso não pode ser conhecido em virtude da ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Isso porque, em atenção ao princípio da dialeticidade, esta Corte Superior tem manifestado reiteradamente que, para impugnar a decisão que inadmite o recurso especial, faz-se necessário apresentar argumentação específica, adequada às particularidades do caso concreto.

Com efeito, o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial sob os seguintes argumentos:

a) Na hipótese, deve ser negado seguimento ao recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional, pois a Câmara julgadora, ao constatar que, r caso concreto, não restou demonstrada a abusividade das taxas de juros remuneratórios contratadas nos percentuais de 1% ao mês e 12,683% (fl. 216), porque inferiores à taxa média praticada no mercado para a mesa sò operação na data da contratação, que era de 3,43% ao mês e 49,89% ao ano. decidiu a questão à luz do entendimento consolidado no julgamento do recurso representativo da controvérsia (REsp n. 1.061.530/RS - Temas 24 a 27

b) Do mesmo modo, o reclamo não merece ser admitido em relação à capitalização dos juros na periodicidade mensal, pois a decisão recorrida, manter a sua incidência por haver previsão numérica e/ou literal, decidiu questão à luz do

Superior Tribunal de Justiça

entendimento consolidado no julgamento do recurso representativo da controvérsia (REsp n. 973.827/RS - Temas 246 e 247),

c) Inadmissível também o apelo especial pela alínea "c" do inciso III, art. 105 da Constituição Federal, no que diz respeito à configuração da mora seus efeitos, porquanto o Colegiado, ao concluir pela caracterização da mora, cg permitir a inscrição do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito, e face da manutenção dos encargos previstos para a normalidade, alinhou-se orientação estabelecida pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento c Recurso Especial n. 1.061.530/RS, para fins do disposto no art. 1.030, inciso c/c 1.040, inciso II, do Código de Processo Civil (Temas 28 a 31)

d) Outrossim, o suscitado malferimento aos arts. 166, inciso VI, e 40 do Código Civil; 320 do Código de Processo Civil de 1973; 1º, 2º, 3º e 5º da 8.137/90, e 3º, 9º e 10 da Lei n. 7.492/86, e o respectivo dissídio jurisprudencial, não ensejam a admissão do apelo nobre, uma vez que o aresto recorrido deliberou no sentido de ser desnecessário o envio de dados ao Sistema de Informação de Crédito e Controle de Risco do Banco Central do Brasil com fundamento em Resolução do Banco Central do Brasil, cujo exame não tem lugar na via excepcional.

d) Por fim, não se abre a via excepcional ao apelo especial em relação aos tópicos "da exibição de documentos" e "da repetição de indébito", uma vez que a parte recorrente discorreu acerca da referida matéria, sem, contudo apontar expressamente a ocorrência de quaisquer das hipóteses elencadas alíneas do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, incidindo o disposto propalado verbete 284 do Excelso Pretório.

Entretanto, verifica-se que o agravante impugnou apenas o fundamento referente à Súmula 284 do STF, não impugnando os demais itens nos quais se baseou a inadmissibilidade do recurso em análise.

Assim sendo, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe, uma vez que o fundamento não impugnado é suficiente para manter a inadmissão do agravo em recurso especial.

No exato sentido, colaciona-se recente julgado da Corte Especial:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.
(EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE

Superior Tribunal de Justiça

**SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018,
DJe 30/11/2018)**

Destarte, em consonância com o princípio da dialeticidade recursal, não conhecer do presente agravo é medida que se impõe.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Deixo de majorar os honorários recursais previstos no artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015 tendo em vista que o patamar fixado na origem encontra-se em seu limite máximo legal, consoante e-STJ fl. 168.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator